

A invisibilização do *outro* nos discursos científicos sobre áreas naturais protegidas.

Cleyton H. Gerhardt¹

Introdução

Nos últimos 20 anos, tem proliferado entre aqueles que tratam de temas ambientais nos espaços rurais (centros de pesquisa, ONGs, agências de financiamento internacional e órgãos governamentais) uma retórica que combina o apelo à preservação do meio ambiente com a valorização da *participação* e/ou dos conhecimentos das populações locais nesta preservação. Supostamente, este parece ser um movimento progressista que pretende repensar o papel daqueles que, durante muito tempo, foram tidos apenas como receptáculos de políticas ambientais (boa parte delas executadas de forma autoritária).

Com isso, muitos profissionais passaram a considerar grupos sociais rurais também como possíveis colaboradores na difícil tarefa de conservar nossos recursos naturais. Da mesma forma, projetos de preservação ambiental passaram a incorporar a necessidade de *participação*, mesmo que esta última se restrinja apenas a ouvir as opiniões das populações atingidas sobre este grande empreendimento atual que é salvar nossos ecossistemas, espécies ameaçadas de extinção e lindas paisagens naturais. Sensibilizados por esta nova tendência, muitos cientistas de diversas áreas das ciências humanas e naturais se engajaram na tentativa de “dar voz” ou, no mínimo, no esforço de se aproximar das pessoas que trabalham e/ou vivem próximas a áreas naturais protegidas.

Contudo, ao pensarmos tanto na idéia de *participação* como na forma com que pessoas e grupos sociais atingidos por políticas públicas conservacionistas tem sido tratados em muitos trabalhos científicos, é possível identificar algumas contradições de fundo. De fato, a crítica aos “populismos acadêmicos” para com populações rurais não é nova. GUIVANT (1997), por exemplo, ao analisar as tentativas de cientistas das ciências agrárias de valorizar conhecimentos tradicionais de agricultores e sua capacidade de influenciar positivamente projetos de desenvolvimento rural, ressalta que “diversas críticas têm sido levantadas em relação aos limites desta abordagem participativa, especialmente apontando suas dificuldades em aceitar as relações de poder entre os próprios agricultores e entre eles e agentes de desenvolvimento, assim como em capturar as complexas dimensões envolvidas nas transformações dos conhecimentos” (GUIVANT, 1997, p.412). Já MILANI (2007), ao falar sobre alguns dos “mitos” construídos acerca da “participação”, adverte:

em primeiro lugar, a participação de atores diversificados é estimulada, mas nem sempre é vivida de forma igualitária. O termo “parceria” é corriqueiro nos discursos políticos

¹ Doutorando em ciências sociais no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA/UFRRJ.

dos atores governamentais e não-governamentais, mas sua prática efetiva parece ter dificuldades em influenciar os processos de deliberação democrática. Em segundo lugar, os atores (...) são consultados e solicitados durante o processo de tomada de decisões. Eles participam desse modo, e no melhor dos casos, somente antes e depois da negociação. A participação assim praticada (...) colabora para aumentar a transparência dos dispositivos institucionais; ela não garante, porém, a legitimidade do processo institucional na construção do interesse coletivo.

Já sobre o uso da idéia de “parceria”, normalmente associada ao papel que deveria ser conferido às populações locais atingidas quando da criação de unidades de conservação, ESTERCI *et alli* (2004, p.5) alertam que esta noção, “pela qual muitas vezes se definem as relações entre ambientalistas e moradores dos ecossistemas cuja conservação se pretende promover, também tem sido objeto de reflexão, em busca de uma melhor compreensão. A experiência mostra que o termo encobre significativas diferenças de expectativas entre os dois pólos da relação”.

Não cabe neste momento, porém, fazer uma revisão sobre a problemática da *participação* nas políticas conservacionistas, mas apenas ressaltar a atualidade do tema. O que nos interessará aqui será perceber e problematizar alguns dos “lugares” conferidos a grupos subalternos que vivem dentro ou próximos de áreas naturais protegidas nas interpretações de profissionais da ciência. Como estes sujeitos sociais estariam sendo identificados e avaliados pelos pesquisadores? Como apareceriam e que papéis lhes estariam sendo atribuídos em suas pesquisas? Tendo estas indagações por base, o presente trabalho vem somar-se aos esforços de cientistas sociais que tem denunciado o caráter etnocêntrico, populista e autoritário de abordagens que se pretendem *participativas* ou, no mínimo, que desejam “ouvir” as “opiniões” dos interessados em discutir instrumentos de política pública vinculados à implementação e gerenciamento de áreas naturais protegidas.

Por ser o discurso pseudoparticipativo e a invisibilização do *Outro* práticas recorrentes nas interpretações de especialistas em políticas ambientais produzidas nos meios científicos, creio que estes temas devam estar sempre sendo motivo de preocupação de pesquisadores interessados em compreender problemas e conflitos sociais relacionados ao tema das áreas naturais protegidas. Assim sendo, optei por selecionar dois trabalhos que, do meu ponto de vista, são emblemáticos quando se pretende compreender certos desdobramentos perversos de uma linguagem científica (por vezes, maquiada pela idéia de *participação*) que tende a invisibilizar o ponto de vista do *Outro* nas decisões sobre políticas para o meio ambiente. Embora ambos se refiram a questão das áreas naturais protegidas, procurei escolher dois textos bem distintos quanto ao tema tratado (educação ambiental e ações de manejo em parques nacionais), formação dos autores (educação ambiental e biologia da conservação) e tipo de trabalho científico (um artigo de

anais de congresso e um artigo de revista científica)². Como ferramentas interpretativas, faço uso da análise de conteúdo com auxílio da sociolinguística.

“Deseducação” ambiental: usos instrumentais de abordagens participativas

Começamos com o artigo intitulado: “*Uma abordagem participativa para a conservação em áreas naturais: educação ambiental na Mata Atlântica*”. Logo no seu resumo, lemos:

*dois programas de **educação ambiental** em unidades de conservação na Mata Atlântica de Interior no estado de SP foram implantados através de uma **abordagem participativa**. Ambos dirigiram-se a **todos os segmentos das comunidades locais**, incentivando a **participação** na identificação de problemas, busca de soluções e implementação de **estratégias educativas** que tinham o objetivo de **transmitirem conhecimentos** e oferecerem oportunidades de experimentação direta com a natureza. Os resultados mostraram **ganhos cognitivos, mudança de valores**, além de um significativo **envolvimento comunitário na conservação destas unidades**³.*

O uso do pronome indefinido “todos” já dá uma idéia da pretensão dos programas de “educação ambiental”, já que, segundo consta, nenhum “segmento” das “comunidades locais” teria ficado de fora das atividades realizadas pelos educadores ambientais. Só não nos é dito, ao longo do texto, como os executores destes programas de educação ambiental se “dirigiram” aos “segmentos das comunidades locais” nem a maneira com que teriam “incentivado a participação” das mesmas. Além disso, reparem que falar em “segmentos locais” não nos diz muito sobre quem são as pessoas envolvidas com os programas de educação ambiental. Quem são, afinal, as pessoas que comporiam estes tais “segmentos”? Apesar da expressão vir no plural (o que, pelo menos, dá uma idéia de que existe heterogeneidade), o texto não esclarece, em nenhum momento, quais seriam e quem comporia estes “segmentos” das “comunidades locais”. Neste caso, o uso do termo “segmentos”, além de ajudar a invisibilizar pessoas e grupos sociais diferenciados, serve como elemento homogeneizador, pois ajuda a encobrir desigualdades sociais e relações de poder locais. Sobre este aspecto, LIMA (1999, p.11) chama atenção para

o equívoco de atribuir responsabilidades pela destruição ambiental ao homem enquanto espécie genérica. Repete-se, sistematicamente, que “o homem é o grande predador da natureza”, o maior perigo e inimigo da natureza. Tais afirmações deixam de dizer que o

² Como a idéia aqui não é desqualificar os artigos selecionados e seus autores, mas apenas mostrar certas inconveniências compreensivas relacionadas ao tratamento dado aos sujeitos de que falam suas referidas pesquisas, optei por não nomeá-los no texto. Apenas indico que uma das autoras do primeiro artigo é tida como referência na área de educação ambiental e um dos autores do segundo é, hoje, uma das principais figuras do conservacionismo brasileiro.

³ Usei **negrito** com *itálico* para realçar termos e expressões que acho relevantes para a análise.

homem vive em sociedades heterogêneas formadas por grupos e classes sociais e econômicas diferentes e se relacionam com seu ambiente diversamente. Alguns são governantes, outros são governados; alguns são proprietários outros são assalariados; uns são produtores outros consumidores; uns integrados outros excluídos [ao que se poderia complementar, uns são “educadores ambientais”, outros são “segmentos das comunidades locais”].

Por outro lado, a afirmação de que teria sido incentivada a “participação” de “todos os segmentos” das “comunidades locais” tende a atuar na frase conferindo maior legitimidade aos programas implementados. Funcionando quase como uma metalinguagem (não explícita, mas suficientemente inteligível), o texto busca passar uma idéia positiva sobre os referidos programas. Positividade esta presente, por exemplo, na seguinte constatação: “ao serem ouvidas as opiniões de **todos** os interessados, o programa de educação passou a ser **parte da comunidade** e não mais um ‘pacote’ pronto imposto por pessoas externas à região”. Ocorre que, de certa forma contrariando esta afirmação, as últimas três linhas do resumo do artigo deixam claro qual o tipo de “estratégias educativas” teriam sido adotadas, a saber: “estratégias educativas que tinham o objetivo de **transmitirem conhecimentos**”. Em primeiro lugar, poderíamos ponderar, junto com ORLANDI (1996, p.3), que “educação não é, pois, só conhecimento. É preciso que se dê um espaço de elaboração para que o homem trabalhe o conhecimento em ‘suas’ condições”. Em segundo lugar, no trecho acima aparece claramente o perfil difusionista e autocentrado que aposta na conscientização das pessoas através da mera transferência (“transmissão”) de informações vindas de fora para dentro (ou de cima para baixo). Vejamos outra passagem em que este aspecto aparece de forma ainda mais clara:

*os resultados de avaliações formais realizados em ambos os programas mostraram **ganhos cognitivos e afetivos** entre alunos **testados**. A estratégia da utilização de **meios de transmissão de conhecimentos** e de experimentação direta com a natureza confirma os estudos realizados por outros pesquisadores (...) da importância da utilização da combinação de meios de **aprendizado**.*

“Alunos testados”? Segundo a terminologia usada, os alunos em questão surgem no texto como “objetos” de pesquisa no seu sentido mais desumanizador. O foco não se dirige aos alunos (que, ao serem “testados”, tiveram “ganhos cognitivos e efetivos”), mas ao fato dos programas de educação ambiental implementados terem obtido bons “resultados” com os “alunos testados”. Dito de uma forma direta, os “alunos” aparecem no texto como verdadeiras cobaias usadas para “testar” os programas de educação ambiental implantados. Da mesma forma, o texto apresenta uma idéia simplificada do que seria um processo de “aprendizado”. Sobre este tipo de concepção, DEMO (2007, p.1), falando do “desafio reconstrutivo” da pesquisa em educação, constata: “imperava entre nós confusão clássica com respeito à aprendizagem, geralmente tomada como simples ensino, ou mera instrução, para não dizer treinamento”.

Além da proximidade semântica com a palavra “transferir” - termo largamente usado, assim como “transmitir”, durante as décadas de 1960/70 pela extensão rural brasileira desejosa de difundir “técnicas agrícolas modernas” (ver GERHARDT e ALMEIDA, 1999) -, transmitir alguma coisa (neste caso, “conhecimentos”) implica a existência de um emissor (ativo) e de um receptor (passivo). Ora, por inferência, a idéia que fica, pelas afirmações feitas, seria que “comunidades locais” não teriam conhecimentos relevantes para “transmitirem” aos executores dos programas, procedimento este reforçado pela maneira com que, por vezes, se designam estas mesmas “comunidades locais” no texto: “os *públicos-alvo* foram todos os segmentos das comunidades, incluindo as populações rurais”. O uso do termo “públicos-alvo” - que, conforme o Dicionário Eletrônico Aurélio (2002), quer dizer “segmento do público ao qual se destina uma mensagem específica” - reforça, mais uma vez, a idéia de que educadores ambientais apenas transferem, num único sentido, conhecimentos às “comunidades locais”. Em poucas palavras, a direção e o sentido da “transmissão” de conhecimentos é bastante clara: dos “educadores ambientais” para as “comunidades locais”, as quais irão obter “ganhos cognitivos”. Este tipo de abordagem se encaixa na possibilidade, identificada por ACIOLI e CARVALHO (1998, p.60), de ações educativas serem implementadas através de “métodos e técnicas que reproduzem (...) a estrutura ideológica e as relações sociais de dominação, podendo, então, ser caracterizadas como pedagogias transmissivas, de condicionamento (...)”.

Mas o que se estaria querendo dizer quando constatam que “os resultados mostraram *ganhos cognitivos, mudança de valores*”? Embora neste momento não se diga diretamente quem teria adquirido os tais “ganhos cognitivos” ou mudado seus “valores”, no corpo do texto constatamos que se está falando dos tais “segmentos das comunidades locais”. No artigo em questão não há uma só palavra ou frase que indique a possibilidade de que os educadores ambientais envolvidos também tivessem adquirido “ganhos cognitivos” ou mudado alguns de seus “valores”. Aliás, o texto fala sempre sobre o que aconteceu com as “comunidades locais”, mas em nenhum momento se refere ao que teria se passado com os educadores envolvidos, fato este que novamente vem reforçar a idéia de transmissão mecânica de informações em um sentido único (de fora para dentro e de cima para baixo)⁴. Esta atitude etnocêntrica, que busca inserir “valores” de fora para dentro, aparece muito fortemente na seguinte passagem: “do *problema ao sonho* pode-se então trabalhar os meios de realização destes sonhos. É nessa fase que se estabelecem as possíveis estratégias e quais os *valores* com *que se pode contar* e quais os que precisam ser *trazidos de fora (inputs)*”. Quer dizer, segundo o texto, existiriam aqueles “valores com que se pode contar” e

⁴ Em um certo sentido, as ações dos educadores de que fala a autora se parecem muito com propostas, muito difundidas durante os anos 1960/70 e 80, de “integrar” os povos indígenas às sociedades contemporâneas.

aqueles que “precisam ser trazidos de fora”. Não é preciso dizer quem irá decidir quais valores deverão ser descartados e quais “inputs” precisariam ser “transmitidos” às “comunidades locais”. Aliás, se poderia indagar, também, de quem seriam os tais “sonhos”? Dos “segmentos das comunidades locais” ou dos educadores ambientais?

Em um certo sentido, os dois programas de educação ambiental parecem se aproximar do que PELICIONI (2006) e outros autores (BERTOLUCCI, 2005; LOUREIRO, 2004; SORRENTINO, 1995) identificam como “educação conservacionista”. Segundo PELICIONI (2006, p.536), haveria uma forte tendência na educação ambiental de pensar que “o ser humano deveria ser capacitado para melhor utilização dos recursos naturais por meio da construção de conhecimentos (...), do desenvolvimento de habilidades específicas e do desenvolvimento de uma ‘preocupação’ (*sense of concern*) em relação à qualidade ambiental”. Este entendimento sobre uma educação ambiental conservacionista é compartilhado por LOUREIRO (2004), o qual amplia ainda mais a crítica: “educação ambiental conservacionista está centrada no indivíduo (...). Focaliza o ato educativo enquanto mudança de comportamento compatíveis a um determinado padrão idealizado de relações corretas com a natureza (...)” (LOUREIRO, 2004 *apud* BERTOLUCCI, 2005, p.38).

Como foi dito, a expressão “ganhos cognitivos” (recorrente no texto) parece ter sido usada como sinônimo de “aquisição de conhecimentos”, como se pode notar nesta outra passagem: “a **educação ambiental** dirigida a populações circunvizinhas às áreas naturais [protegidas] pode ser de grande **eficácia**, na medida em que **enriquece o conhecimento** e o grau de **sensibilização** para a conservação”. As autoras deixam claro seu desejo de que “a educação ambiental dirigida a populações circunvizinhas” leve a uma “sensibilização para a conservação”. Ora, “sensibilizar”, neste caso, serve como elemento de convencimento e cooptação das “comunidades locais”, visto que, ao ficarem “sensibilizadas”, elas passariam a encarar a idéia de conservação como algo positivo, sendo que conservação, neste caso, significa, objetivamente, a implantação de duas unidades de conservação na região.

Mais uma vez, é significativa a aproximação entre a perspectiva acima e a concepção sustentada por alguns educadores ambientais entrevistados por Pelicini:

*educação ambiental é o processo de **informação, sensibilização e conscientização** das pessoas com relação às questões ambientais. Geralmente este processo tem o objetivo de **criar nas pessoas valores, hábitos e comportamentos** compatíveis com a preservação e bom uso dos recursos ambientais e também **atitudes participativas** no processo de gestão de tais recursos* (educador ambiental entrevistado por PELICINI, 2006, p.536).

Tanto este educador ambiental como as autoras de nosso texto inicial falam em “sensibilizar”, levar “informação”, “mudar valores” e “comportamentos” das pessoas. Neste caso, ainda que de forma

implícita, “ganhos cognitivos” e “mudança de valores” assumem um sentido positivo, ou seja, são dois efeitos a serem buscados e desejadas em trabalhos de educação ambiental. O que acontece é que, não necessariamente, processos que levem a “mudanças de valores” desencadeiam efeitos positivos. Exemplo: ao conviver com grupos neofascistas, uma pessoa pode mudar seus valores e passar a achar correto agredir homossexuais, nordestinos e negros. Além disso, a afirmação positivada de que teria ocorrido “mudança de valores” traz subjacente a negativização (ou, no mínimo, desconsideração e invisibilização) dos “antigos valores” que os “segmentos das comunidades locais” possuiriam até então. Sobre este tipo de abordagem que tende a invisibilizar os sujeitos das ações de educadores ambientais, ORLANDI (1996), em trabalho específico sobre “o discurso da educação ambiental”, salienta que muitos projetos de educação ambiental reproduzem “um discurso que se inscreve no ‘comportamentalismo’ com todos os inconvenientes que vejo nessa posição e em seus efeitos. Dentre esses, destaca-se seu efeito moralista, doutrinário e autoritário (sob o modo paternalista ou iluminista)”.

De outra parte, é recorrente no trabalho em questão a idéia de “eficácia”. Neste caso, a “eficácia” da “educação ambiental” em “sensibilizar” as “comunidades locais” para a “conservação” se refere ao efeito de fazer com que estas comunidades aceitem, através da “mudança de valores”, as restrições que certamente lhes serão impostas devido à implementação de duas unidades de conservação, o que pode ser percebido através desta outra passagem:

*a importância de se **trabalhar valores** é, portanto, uma constatação que deve ser considerada em programas de educação ambiental. **Novos valores** podem significar um primeiro passo para mudanças que ocasionem um **interesse** e uma **auto-confiança** que podem levar ao **envolvimento em assuntos conservacionistas**. (...) a **abordagem participativa** deu à população um senso de orgulho e gradativamente o programa e o Parque passaram a ser incorporados como um bem comum.*

Fazer com que “o Parque” em questão passe a ser uma preocupação das “comunidades locais”, eis o que se deseja com os programas de educação ambiental. A despeito de outros objetivos que possam estar sendo apresentados, este parece ser o objetivo principal: fazer com que as “comunidades locais” aceitem - de preferência, sem questionar, achando algo muito bom e até mesmo encarando com “orgulho” - os constrangimentos que normalmente sobrevêm à implantação de áreas naturais protegidas. Melhor ainda seria (para os educadores ambientais) se as “comunidades locais” passassem a se interessar, colaborar e se engajar ativamente na luta pela implantação das unidades de conservação, como aponta este outro trecho:

*Outro aspecto relevante foi o trabalho realizado com escolas rurais das regiões de ambas as unidades de conservação. **Alunos de escolas rurais**, em geral, têm **poucas***

oportunidades de lazer. Programas como os implantados nestas unidades contaram com o apoio não só de alunos, mas das famílias, que são comumente vizinhas às áreas protegidas. O envolvimento deste segmento da comunidade é, portanto, um dos mais importantes quando se trata de áreas protegidas, pois são estas pessoas que podem evitar incêndios, caça e outras ações de agressão à natureza.

Provavelmente, BRUGGER (2003) diria que estamos aqui diante de um processo de “adestramento ambiental” e não de educação ambiental, visto que a “abordagem participativa” e a “mudança de valores” refere-se, simplesmente, a uma atitude pró unidades de conservação. Objetivo este que parece ter sido alcançado, como indicam as conclusões apresentadas no artigo: “(...) a abordagem participativa contribuiu de forma significativa para a conservação das unidades”. Quer dizer, a “abordagem participativa” serve bem aos propósitos dos educadores ambientais, visto que pode levar ao “apoio não só de alunos, mas das famílias”, sendo que este “segmento da comunidade” passaria a ajudar, de boa vontade (e, provavelmente, sem nenhum tipo de remuneração), a “evitar incêndios, caça e outras ações de agressão à natureza”. Além disso, soa estranho – para não dizer preconceituoso - a afirmação de que alunos que vivem em espaços rurais teriam “poucas oportunidades de lazer”. Eis aí outro exemplo de julgamento etnocêntrico baseado no mundo de uma pessoa que vem e vive em um contexto cultural específico. De que tipo de “lazer” se está falando? Ora, a idéia iluminista de “lazer”, de um período de tempo específico em que estaríamos livres para fazer o que bem entendêssemos, sem os constrangimentos do trabalho e as atribulações da vida moderna, não pode ser simplesmente aplicado para muitos grupos sociais que vivem nos espaços rurais.

Mas a desconsideração para com os sujeitos sociais das ações educativas se sobressai ainda mais quando se afirma que:

entre o conhecimento e a ação, ou ainda mais importante, entre o conhecimento e o comportamento harmônico com a natureza, existe uma grande distância que precisa ser compreendida para que os meios apropriados sejam empregados propiciando as mudanças almejadas. Um aspecto que tem mostrado ser eficaz na transformação de indivíduos passivos em ativos é a auto-estima. Um indivíduo que acredita em si tem maiores chances de ousar e, conseqüentemente, de se manifestar.

Em primeiro lugar, não fica claro o que se entende por “meios apropriados” (seriam as “abordagens participativas?”), “mudanças almejadas” (seriam as tais “mudanças de valores”) e muito menos ainda o que viria a ser um “comportamento harmônico com a natureza” (seria um comportamento “conservacionista” dos educadores ambientais?). Porém, outro aspecto chama ainda mais atenção nesta passagem. Ao dizer que a “auto-estima” seria “eficaz” na “transformação de indivíduos passivos em ativos”, se está, muito sutilmente, dando a entender que as pessoas que participaram dos programas de educação ambiental seriam “indivíduos passivos”, com baixa “auto-estima”, que não “acreditam em si” e,

por isso, tem poucas chances de “ousar” e de “se manifestar”. Caberia, neste caso, aos educadores ambientais a difícil tarefa de reverter esta situação através da “sensibilização” e “conscientização” das pessoas sobre a importância da preservação de nossas riquezas naturais.

Sobre esta tendência, REIGOTA (2002, p.77), estudando “representações sociais” de “educadores ambientais”, percebeu que “a representação ‘conscientizadora’ aparece em diversas oportunidades, conferindo à educação ambiental a tarefa de introjetar nos indivíduos, indistintamente, a consciência que possibilite a preservação do meio ambiente, entendido como a preservação da natureza”. Com isso, o problema (da degradação ambiental) passa então a ser colocado nos “indivíduos”, os quais possuiriam comportamentos que não estariam em “harmonia com a natureza”. Conforme LIMA (1999, p.10), abordagens como esta indicam uma “leitura individualista e comportamentalista da questão e educação ambiental. Esta interpretação diagnostica o problema socioambiental como um problema de comportamentos individuais em sua relação com o ambiente”, sendo que seus adeptos “pretendem reverter os processos de degradação apenas através da mudança de comportamentos individuais que reforcem a conservação do ambiente” (LIMA, 1999, p.8). E, como resultado, conclui ele, se “superdimensiona o poder da educação na transformação dos problemas socioambientais, tratando-a como uma nova panacéia para todos os problemas da sociedade contemporânea” (LIMA, 1999, p.11).

O uso direcionado para o aliciamento de populações economicamente fragilizadas através de programas de educação ambiental supostamente *participativos* fica ainda mais explícito nesta outra passagem: “uma **abordagem participativa** pode incentivar populações que habitam regiões onde se encontram áreas naturais a **envolverem-se com a conservação** destas áreas. Dentro desta abordagem **todos são ouvidos** e o processo pode iniciar-se com a identificação de problemas locais e a busca de soluções (...)”. Quer dizer, a “abordagem participativa” tem uma função bem explícita aqui: fazer com que “populações que habitam regiões onde se encontram áreas naturais” envolvam-se com a “conservação destas áreas”. Sendo que uma das maneiras de ajudar a legitimar este uso instrumental da “participação” é dizer que “todos são ouvidos”. Ora, se “todos” foram ouvidos, como duvidar das pretensões e dos resultados dos programas de educação ambiental que foram então executados?

Como se pode notar, mais uma vez o uso do pronome indefinido “todos” têm aqui o efeito simultâneo de homogeneizar interesses, invisibilizar sujeitos sociais e reduzir a complexidade das relações que estes sujeitos constroem entre si. Além do mais, “ouvir” não é propriamente uma ação das mais ativas, o que reforça a atitude etnocêntrica baseada na “transmissão de conhecimentos” de via única. Dizer que “todos foram ouvidos” não significa que “todos” concordaram com o que lhes estava sendo proposto. Em uma reunião qualquer, o silêncio, por exemplo, não pode ser simplesmente confundido com anuência e/ou

consentimento; com efeito, o silêncio de alguém pode estar representando justamente a recusa do que está sendo dito por outrem. Da mesma forma, em uma assembléia de trabalhadores rurais, por exemplo, “todos” os trabalhadores presentes podem ter “ouvido” o que as lideranças tinham para dizer, mas daí a concordarem e aceitarem totalmente o que lhes foi dito, há uma distância muito grande. Assim, ao invés de se “enriquecer” de “conhecimentos”, as “comunidades locais” poderiam apenas ter tido acesso a novas “informações”. Agora, o que elas posteriormente fizeram com estas informações? Difícil dizer pelo que nos é relatado no texto.

Mas o teor instrumental dos programas de educação ambiental vai ainda mais longe, como neste trecho do texto: “vários pesquisadores têm estudado quais os *meios eficazes que levam indivíduos a agirem em prol da conservação* (...). Os resultados de vários estudos mostram que a combinação de *ganhos cognitivos* devem vir acompanhados de um *processo de sensibilização*, propiciando novos *valores que reflitam a visão conservacionista*”. Em primeiro lugar, é preciso dizer que não nos é dito, ao longo do artigo, de qual tipo de “conservação” se está falando, ou seja, com qual concepção de “conservação” se está trabalhando. Por outro lado, na frase acima está a chave para se chegar ao que as autoras entendem por “novos valores”, a saber: “novos *valores que reflitam a visão conservacionista*”. Eis o que importa, que as pessoas, através de “ganhos cognitivos” (aportados pelos educadores ambientais, é claro) se “sensibilizem”, mudem seus “valores” e juntem-se a causa da conservação. Qualquer semelhança com um culto religioso não é mera coincidência, afinal, o que se precisaria seriam novos adeptos da conservação⁵. A questão então está em descobrir os “meios mais eficazes” que poderiam levar “*indivíduos a agirem em prol da conservação*”. Ora, um desses meios eficazes seria justamente o uso da “abordagem participativa”, método que, segundo consta no texto, “mostrou ser de grande *eficácia* em ambos os programas de educação ambiental implantados nas unidades de conservação da Mata Atlântica de Interior”.

Seguindo a discussão sobre o uso instrumental de abordagens participativas nos programas de educação ambiental apresentados, encontramos a alusão a espécies ameaçadas de extinção como forma de cativar e sensibilizar “comunidades locais” que morem dentro ou próximas às unidades de conservação: “dois programas de educação ambiental para o mico-leão (...) foram implementados com a abordagem

⁵ A existência deste duplo componente místico-científico parece ser um elemento recorrente no discurso dos biólogos da conservação ou, em termos mais gerais, dos chamados “conservacionistas”. Como constata BARRETO (2001, P.23), ao analisar os argumentos de profissionais vinculados às políticas públicas voltadas para áreas naturais protegidas, a “dimensão naturalista, resultante de um enquadramento científico com pretensões à objetividade, frequentemente se amalgama com considerações de ordem religiosa e estética (...). Envolto nessa névoa que mescla mística religiosa (‘obra da genialidade divina’), juízo estético (‘conjunto harmônico, equilibrado, de belezas’) e objetividade científica (‘inquestionáveis’), os parques nacionais e reservas equivalentes do Brasil representariam um desafio interpretativo ‘até para o mais cético dos seres humanos’”.

participativa”. Sendo que, segundo consta mais adiante no texto em questão: “o mico-leão é uma das *mais ameaçadas espécies* de primatas do mundo (...). Os programas foram, então, *concebidos para valorizarem o ecossistema* como um todo através do enfoque desta *espécie carismática*”. A expressão “espécie carismática” não aparece aqui à toa. Este é um termo muito usado por biólogos da conservação para designar espécies que teriam a capacidade de cativar o interesse das pessoas comuns. Segundo RODRIGUES (2002, p.267), por exemplo:

Uma outra situação em que a conservação enfocada em espécies pode ser útil é o caso das espécies carismáticas. Espécies como o Uacari, primata endêmico do Mamirauá, ou o mico leão dourado, podem ser usados como instrumentos para viabilizar a conservação de comunidades inteiras, por meio da simpatia que eles geram com as pessoas.

Se a categoria “simpatia” poderia ou não ser usada como conceito científico, não vem ao caso. O que importa perceber é a postura pragmática e aplicada dos biólogos da conservação, os quais, neste caso, atuam muito mais como “engenheiros” da conservação⁶. Por incrível que possa parecer, em meio a rigorosos critérios, frios indicadores, rígidos procedimentos e instrumentos científicos destinados a “viabilizar a conservação”, encontramos este simplório elemento da subjetividade humana, visto aqui também como uma qualidade de outras espécies animais: a “simpatia”. O que, por sua vez, gera a necessidade de dar visibilidade e publicizar (leia-se, fazer propaganda) estas espécies “simpáticas”, vistas, segundo as autoras, como “instrumentos” que viabilizariam a conservação. Como se pode ver, portanto, não é mera coincidência que os programas de educação ambiental aqui analisados tenham buscado “valorizar o ecossistema (...) através do enfoque desta espécie carismática”⁷. De fato, o texto é explícito quanto à estratégia de divulgação usada quando relatam que, “a fim de *atingir a população* de forma mais ampla, várias atividades foram realizadas com o propósito de *chamar a atenção para o mico*, o Parque e os fragmentos de mata remanescentes”⁸.

Este uso instrumental de espécies carismáticas pode ir ainda mais longe. Pode, por exemplo, até mesmo passar por cima de evidências científicas que desaconselhariam seu uso enquanto indicador de biodiversidade:

⁶ Este caráter aplicado da biologia da conservação é ainda mais forte entre engenheiros florestais. Contudo, ambos os profissionais têm atuado no sentido da divulgação da importância de se criarem cada vez mais unidades de conservação. Como constata TRANNIN (2005, p.62), “as áreas naturais protegidas, espaços territoriais legalmente protegidos por uma legislação específica, funcionam como uma espécie de ‘vitrine’ para a conservação da biodiversidade”.

⁷ Tal como no caso das tentativas de arrebanhar novos “adeptos da conservação”, mais uma vez encontramos aqui traços místicos ligados a religiosidade; afinal, um animal “carismático” seria aquele que possuiria “carisma”, portanto, qualidades especiais, excepcionais, para não dizer divinas.

⁸ Apenas para não deixar passar, o uso do verbo “atingir” denota, mais uma vez, o caráter autoritário dos programas de educação ambiental em questão, visto que, como em um campo de batalha, remete a pretensão da autora de “atingir os públicos-alvo”.

*para subsidiar planos de conservação e/ou de manejo dos ecossistemas e dos ambientes sob proteção ambiental, há necessidade de se **utilizar organismos que possam ser indicadores da biodiversidade** e das condições ambientais (Majer 1983). Quando esta escolha recai sobre **aves e mamíferos, apesar destes não poderem ser considerados os melhores indicadores**, têm a seu favor, em especial, o fato de muitas das suas espécies, **por serem carismáticas**, atraírem favoravelmente a opinião pública (Agosti et al. 2000). Por outro lado, a maioria dos diversos grupos de **invertebrados**, além de exigirem muitos especialistas para sua identificação (Majer 1983), **não atraem a atenção da mídia popular** (DIEHL, 2005, p.552).*

Como se pode ver, aqui fica explícito o uso pragmático de espécies supostamente mais “carismáticas”. Afinal, “apesar de aves e mamíferos (...) não poderem ser considerados os melhores indicadores” de biodiversidade, por “atraírem favoravelmente a opinião pública” e serem mais “carismáticos” que os “invertebrados” (que “não atraem a atenção da mídia popular”), o autor entende que, mesmo assim, eles poderiam “subsidiar planos de conservação e/ou de manejo dos ecossistemas”. Compreende-se, então, a postura adotada no trabalho que estamos analisando:

*a valorização de aspectos da natureza pode ser **eficaz** e tem sido **utilizada** por vários **educadores ambientais**. Programas em vários locais do Brasil e do mundo **utilizam-se** de espécies raras, ameaçadas e endêmicas como **símbolos de conservação** (...). Essas espécies passam a transmitir um senso de orgulho por serem raras ou por existirem apenas em uma determinada região⁹.*

Tal como funcionam certos símbolos religiosos (como santos e anjos católicos, por exemplo), educadores ambientais fazem uso de “símbolos da conservação” (neste caso, o mico-leão) para cativar novos adeptos à causa da conservação. Já a tendência biologicista do discurso conservacionista aparece marcadamente na seguinte passagem do texto aqui enfocado: “a **transmissão de conceitos ecológicos** e o incentivo a um processo de inclusão de todos os segmentos das comunidades locais podem **trazer novos valores** que contribuam para um **envolvimento à conservação** e ao exercício pleno da **cidadania**”. Quer dizer, segundo o que consta no texto, a “transmissão de conceitos ecológicos” poderia “trazer novos valores”, garantiria o “envolvimento à conservação” e contribuiria para “o exercício pleno da cidadania”.¹⁰

⁹ Ainda sobre a questão da “eficiência” das estratégias conservacionistas, em certo momento, ao ressaltar a necessidade de se estar permanentemente avaliando os programas de educação ambiental implementados, as autoras chegam a afirmar que se deveria “buscar eficácia a qualquer preço”.

¹⁰ Sobre a retórica da “cidadania”, CARVALHO (1991 *apud* LIMA, 1999), chama atenção de que “mesmo quando esse discurso [da educação ambiental] faz referência à cidadania e à participação social, o faz delimitando-as num molde bem comportado, formal e planejado, como se fora parte de uma estratégia normativa e disciplinadora (...)”.

Em um certo sentido, este tipo de estratégia (visando *eficiência* conservacionista) parece se encaixar em algumas perspectivas de educação ambiental identificadas por GUIMARÃES (2000). Conforme sustenta este último, haveria atualmente um “monopólio da educação ambiental voltada especificamente para o indivíduo fora de um contexto social e político, para a preservação de uma espécie de fauna ou da flora, de um ecossistema específico numa concepção biofísica, não superando o localismo de uma unidade de conservação (...)” (GUIMARÃES, 2000, p.12). Já BERTOLUCCI (2002, p.38) argumenta que a “educação conservacionista ou convencional (...) tem suas ações práticas dirigidas para a manutenção intacta de áreas protegidas e a defesa da biodiversidade, dissociando sociedade e natureza”. Por fim, LIMA (1999, p.2) salienta que “as propostas educacionais para o meio ambiente têm, em geral, enfatizado os aspectos técnicos e biológicos da educação e da questão ambiental em detrimento de suas dimensões políticas e éticas (...). Ilustra esta situação, o modo freqüente de chamar a atenção para o caso de espécies em extinção sem questionar os modelos de ocupação e exploração dos recursos naturais, verdadeiros responsáveis pela destruição de ecossistemas inteiros (...)”.

Finalmente, no texto em questão parece não haver lugar para o dissenso, visto que, segundo as autoras, tudo transcorreu na maior tranquilidade, com “todos os segmentos das comunidades locais” aceitando, sem questionar, tudo aquilo que os educadores ambientais tinham a lhes dizer. Contudo, poderíamos perguntar: qual o lugar dos conflitos de interesses, das diferenças culturais e do poder da mediação nos programas de educação ambiental implementados? Será que tudo transcorreu tão pacificamente assim, com os tais “segmentos das comunidades locais” aderindo freneticamente aos ideais da “conservação”?

A invisibilização pela ausência na fala do outro: mediações no discurso sobre gestão de áreas naturais protegidas.

O segundo trabalho selecionado intitula-se “*Opiniões de funcionários de parques brasileiros sobre ações de manejo em localidades rurais situadas no seu entorno e interior*”. Diferentemente do texto anterior, os autores são mais modestos quando a amplitude da pesquisa e o tipo de público focado. Segundo consta no artigo, “nesta pesquisa objetivou-se identificar a *opinião de funcionários* sobre as *ações de manejo e extensão* efetuadas pelas administrações de seis *unidades de conservação* da categoria parque (...) junto a *comunidades rurais* existentes dentro e no entorno dela”. Quer dizer, o foco do trabalho se dirige, especificamente, aos “funcionários” de parques nacionais, sendo que, neste caso, as “comunidades rurais existentes dentro e no entorno” irão aparecer apenas através das falas e “opiniões” destes “funcionários”.

Obviamente, esta é uma opção metodológica inteiramente legítima e que diz respeito aos interesses de pesquisa dos autores do referido trabalho, não vindo ao caso, portanto, colocá-la em questão. Gostaria de

chamar a atenção, no entanto, para alguns desdobramentos e implicações interpretativas subjacentes a esta mesma opção metodológica no sentido de apontar, no artigo selecionado, qual seria a visão, preponderante no texto, sobre - bem como qual o *lugar* conferido aos - “moradores” que vivem dentro ou no entorno das unidades de conservação analisadas. Primeiro, ao optar por coletar apenas as “opiniões de funcionários de parques”, se está contribuindo para reduzir a existência de grupos sociais subalternos a meros “problemas administrativos” para os responsáveis por estas áreas. Esta condição de “problema administrativo” - que, do ponto de vista dos diretores e funcionários dos parques, precisaria ser enfrentado e resolvido através de “ações de manejo e extensão” - aparece na seguinte passagem do texto: “conforme Milano (1991), as pressões de *ocupação e exploração ilegal* de recursos (caça, pesca, desmatamento e mineração) são os principais *problemas* das unidades de conservação de regiões povoadas”. Ora, este tipo de afirmação implica que alguém estaria “ocupando” e “explorando” ilegalmente as unidades de conservação. Afinal, são pessoas reais, de carne e osso que estariam “caçando”, “pescando” e “desmatando”.

No artigo em questão, de forma muito semelhante ao trabalho que vimos sobre “educação ambiental na mata atlântica”, estas pessoas são identificadas através de termos genéricos e homogeneizadores, tais como “comunidades locais”, “grupos de interesse”, “moradores locais” e “habitantes locais”. Em nenhum momento se faz qualquer referência a possíveis diferenças culturais e econômicas entre os “habitantes” das localidades afetadas pelas unidades de conservação estudadas (unidades estas localizadas em várias regiões do país e, portanto, com realidades completamente distintas), muito menos sobre a constituição de eventuais relações assimétricas entre sujeitos sociais distintos ou interações verticais envolvendo práticas clientelísticas, por exemplo. Em suma, não há qualquer esforço de contextualização, descrição ou relativização do que os autores chamam de “comunidades locais” ou “grupos de interesse”. Esta homogeneização é ainda mais problemática quando “problemas” enfrentados pelos administradores de parques como a “mineração” - normalmente executada por grandes empreiteiras - são colocados no mesmo patamar que atividades como a “caça” para consumo da família ou a “pesca” artesanal - atividades estas muitas vezes exercidas por grupos sociais culturalmente diferenciados que, a despeito da sua situação econômica precária, podem estar mantendo rígidos regimes de controle social baseados em regras costumeiras sobre o uso dos recursos naturais¹¹.

¹¹ É imensa hoje a literatura sobre regimes de controle recursos naturais de uso comum, tanto do lado dos defensores da teoria da “tragédia dos comuns” de HARDIN (1989) (que advoga, basicamente, que o acesso a bens comuns levaria a uma superexploração dos recursos e, conseqüentemente, a depredação destes últimos; o que implicaria a necessidade de regulação ou pelo Estado ou pelo mercado) quanto daqueles que criticam as simplificações desta teoria (por exemplo, a confusão entre “livre acesso” e “diretos coletivos”), seu caráter etnocêntrico (que generaliza as ações humanas a partir da idéia universalizadora de um voraz e egoísta *homo economicus*) e determinista (pois desconsidera que diferenças e hibridismos culturais podem ou não levar a

Como há múltiplas identidades (um mesmo “morador” pode ser nomeado, dependendo da situação, como caçador, pescador, agricultor, seringueiro, castanheiro, caboclo e ribeirinho) e expressiva diversidade cultural envolvendo grupos sociais específicos atingidos pela implantação de áreas naturais protegidas (por exemplo: povos indígenas, remanescentes de quilombos, caiçaras, caboclos, sertanejos, caipiras, ribeirinhos, samambaieiros, quebradoras de coco babaçu, enfim, toda diversidade de pequenos agricultores familiares empobrecidos), mediações de várias ordens acabam sendo estabelecidas através do discurso e do ponto de vista de uma série de intermediários e intérpretes “competentes” (por exemplo: pesquisadores; planejadores e quadros de órgãos de governos municipais, estaduais e federal; lideranças sindicais; políticos profissionais; comerciantes; atravessadores; representantes de ONG’s, empresas e movimentos sociais; grileiros; pecuaristas; produtores do “agronegócio” e, obviamente, funcionários de unidades de conservação). Sob esta perspectiva, a ausência, ou melhor, a presença traduzida através das “opiniões” dos funcionários de parques no artigo em questão tende a reforçar ainda mais a já pouca visibilidade das demandas e interesses específicos de grupos socialmente vulneráveis atingidos pelas restrições legais das categorias de manejo que compõem o sistema nacional de unidades de conservação (SNUC).

Já na introdução do referido trabalho, quando se faz uma breve contextualização sobre a temática das áreas naturais protegidas, é nítida a importância menor e o status de segunda classe de grupos locais subalternos que porventura vivem dentro ou próximos a áreas naturais protegidas:

*a UICN (1993) declara que as áreas periféricas ou de entorno das unidades de conservação devem, além de voltar-se para a proteção dos recursos essenciais, constituir-se em **espaços voltados a atividades economicamente viáveis, culturalmente aceitáveis e ecologicamente compatíveis** (...). [Porém], Kamstra (1994) afirma que em **todas as definições de zona de amortecimento a prioridade é garantir a proteção da biodiversidade, enquanto que benefícios para os habitantes locais assumem importância secundária.***

Como se pode notar, o texto é bastante claro quanto à prioridade de interesses envolvidos. Enquanto o tema da “biodiversidade” deve ser tratado como ponto principal das ações envolvendo unidades de conservação, os “benefícios para os habitantes locais assumem importância secundária”. O que faz com que discussões sobre justiça ambiental, desenvolvimento local sustentável, desigualdades sociais envolvendo acesso ao uso de recursos naturais, situações de risco ambiental e relações de poder

uma sub ou superexploração de recursos naturais). Porém, interessa perceber aqui, além da completa desconsideração deste debate, como o referido trabalho tende a igualar o potencial destrutivo de grandes oligopólios e interesses econômicos com as práticas costumeiras de grupos sociais subalternos. Do ponto de vista de muitos conservacionistas, aí não haveria diferenças, pois seriam todos potenciais destruidores de nossa biodiversidade.

estabelecidas entre mediadores sociais (incluindo aí “funcionários de parques”) e as pessoas atingidas por restrições ambientais não sejam temas tão relevantes quanto a questão da biodiversidade e a conservação da natureza¹². A despeito da possibilidade de realização de “atividades economicamente viáveis, culturalmente aceitáveis e ecologicamente compatíveis”, segundo os autores, ajudados por um pesquisador “amigo” (“Kamstra, 1994”) que contribui para dar maior força e autoridade a argumentação, “em *todas as definições* de zona de amortecimento a *prioridade* é garantir a proteção da biodiversidade”¹³. Eis aí, portanto, o objetivo fundamental que deveria, conforme os autores e seu “aliado” Kamstra, balizar o trabalho dos funcionários das unidades de conservação selecionadas. Além disso, as “atividades” em questão seriam “culturalmente aceitáveis” para quem e “ecologicamente compatíveis” com que concepções técnicas? Diriam respeito aos valores culturais e concepções ecológicas dos atingidos pela implementação dos parques ou dos especialistas no assunto?

Neste trecho, vemos novamente o uso do pronome indefinido “todas”. Dizer “todas as definições de zona de amortecimento” tende a não deixar dúvidas quanto à necessidade de se priorizar a proteção da biodiversidade nas unidades de conservação em detrimento de quaisquer outras finalidades (mas efeito parecido seria alcançado caso fossem usados operadores discursivos similares, tais como: “a grande maioria”, “praticamente todas”, “boa parte das” etc.). Ocorre que, caso perguntarmos quem está propondo estas “definições de zona de amortecimento”, veremos que são, sobretudo, biólogos da conservação, engenheiros florestais, ecólogos, zoólogos, botânicos e outros especialistas e *experts* das áreas biológicas. Portanto, embutido no conceito de “zona de amortecimento”, encontramos toda a força do discurso *competente*. Ao virar categoria, ao mesmo tempo, analítica (usada como conceito científico) e jurídica (usada como parâmetro e instrumento para o exercício do poder legítimo), “zona de amortecimento” termina funcionando como termo técnico naturalizado, noção pretensamente neutra, vazia, sem passado nem ideologia que, através da tautologia do discurso biologicista, passa a ganhar status de fundamento indiscutível¹⁴. Como resultado, tendo em vista a legitimidade das versões de justiça oficiais e as condições diferenciadas de participação no embate argumentativo, populações atingidas pelas prerrogativas legais

¹² O argumento que coloca a predominância da preservação da biodiversidade em detrimento de outras demandas socioambientais é recorrente entre biólogos da conservação e engenheiros florestais. Maria Tereza Jorge Pádua, por exemplo, uma das mais conceituadas e respeitadas figuras do conservacionismo brasileiro na atualidade, sustenta que “o propósito principal das unidades de conservação é a conservação da biodiversidade” (PÁDUA, 2002, p.141). Já Miguel Milano, outra figura de destaque entre os conservacionistas, sustenta que “atualmente as áreas protegidas constituem o eixo de estruturação da preservação *in situ* da diversidade biológica” (MILANO, 2002, p.197).

¹³ Sobre o artifício de “arregimentar amigos” nos textos científicos, ver LATOUR (2000).

¹⁴ No texto, como forma de dar maior legitimidade aos seus pontos de vista, os autores citam literalmente o artigo que define o que seria “zona de amortecimento”: “A Lei.Federal nº9.885/200, que institui o SNUC (Brasil, 2000), em seu Artigo 2º, define zona de amortecimento como ‘o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade’.

impostas pelas “zonas de amortecimento” e demais conceitos científico-legais relacionados à política de áreas naturais protegidas verão desqualificados os sentidos de justiça que, porventura, poderiam estar propondo localmente¹⁵.

Contudo, para que conceitos como “zonas de amortecimento”, “planos de manejo”, “corredores ecológicos”, “hot-spots”, “refúgios do pleistoceno” e outros “indicadores de biodiversidade”, bem como as próprias categorias e regras de conduta que compõem o SNUC sejam integrados ao discurso jurídico, é preciso que seu co-irmão, o discurso científico, entre em cena¹⁶. Será este último que, ao apagar o que sobrou dos vestígios da mão humana na feitura das leis, irá dar credibilidade, seriedade e legitimidade para que tais conceitos (agora supostamente desideologizados) sejam incorporados ao instrumental jurídico. Sendo que, neste caso, trabalhos como o que estamos analisando são fundamentais, visto que municiam e subsidiam, através de dados e informações, profissionais encarregados de montar e aplicar todo o aparato legal que envolve políticas de preservação da biodiversidade.

Ainda sobre este aspecto, ALLUT (2000), ao estudar as dessimetrias entre conhecimentos de pescadores artesanais e o papel dos especialistas no desenho de novas políticas pesqueiras na região da Galícia (Espanha), argumenta que entre estes últimos há uma forte tendência de identificar o conhecimento científico “como o único capaz de ordenar o mundo da experiência do modo mais confiável possível”, desconsiderando, com isso, “que existem outros saberes, apoiados por outras estruturas cognitivas que têm demonstrado eficácia e capacidade de sobreviver, resistindo ao mundo da experiência e passíveis de prever a ocorrência de fenômenos” (ALLUT, 2000, p.102). De fato, este tipo de percepção não parece diferir da visão de muitos biólogos da conservação e engenheiros florestais brasileiros, como ilustra a fala de um dos principais articuladores envolvidos com a criação de unidades de conservação no país: “é do mundo científico, onde se produz *o conhecimento*, que vêm as mais *convincentes razões* para se pensar a

¹⁵ Para um estudo de caso sobre as pressões que se seguem à implantação de unidades de conservação para que os sentidos de justiça costumeiros sejam substituídos por sentidos de justiça baseados no direito universal e abstrato moderno, consultar BRUSTOLIN (2003).

¹⁶ “Corredores ecológicos”, “hotspots” e “refúgios do pleistoceno”, respectivamente dois conceitos e uma teoria, compõem o léxico cotidiano do discurso conservacionista. O primeiro, proposto como alternativa ao paradigma das “ilhas biológicas”, diria respeito, segundo AYRES *et. al.* (2005, p.24) “a grandes extensões de ecossistemas florestais biologicamente prioritários (...) delimitados em grande parte por conjuntos de unidades de conservação (existentes ou propostas) e pelas comunidades ecológicas que contém. O manejo integrado dos corredores ecológicos visa facilitar o fluxo de indivíduos e genes entre populações e subpopulações, aumentando a probabilidade de sua sobrevivência a longo prazo e assegurando a manutenção de processos ecológicos e evolutivos em larga escala”. Segundo ROSA (2000, p.6), *hotspots* seriam “‘pontos quentes’ de **biodiversidade**, zonas de excepcional concentração de espécies endêmicas (que apenas existem aí)”. Já a “teoria dos refúgios”, muito usada na década de 1980 para legitimar cientificamente a criação de áreas naturais protegidas – embora atualmente tenha perdido um pouco do seu status e poder de convencimento – foi, segundo HAFFER e PRANCE (2002), “proposta como uma alternativa à hipótese da Barreira Fluvial e postula a persistência de extensas manchas de florestas tropicais úmidas naquelas partes das terras baixas amazônicas, onde havia superfícies rebaixadas para criar gradientes de chuva durante as fases geralmente secas do Cenozóico (Terciário e Quaternário)”.

conservação (...). E a principal base para isso se chama evolução, sendo as *ciências biológicas a grande fonte do saber* correspondente” (MILANO, 2002, p.ix).

Caso aceitássemos que “as ciências biológicas seriam a grande fonte do saber”, surge então a questão do que fazer com os “habitantes locais”, vistos como um “problema” para representantes de entidades mantenedoras, administradores, funcionários e demais responsáveis pelas unidades de conservação. No caso em questão, a saída encontrada se aproxima da visão contida no trabalho que vimos antes sobre “educação ambiental na Mata Atlântica”. Novamente ajudados por pesquisadores aliados, se coloca no texto outra “referência amiga” para ajudá-los na difícil tarefa de convencer seus leitores sobre as “razões” da conservação: “Lucas (1992) afirma que, nos processos de integração das unidades de conservação ao desenvolvimento socioeconômico, é *fundamental conscientizar e convencer os habitantes sobre a importância da natureza e da biodiversidade*, tanto por seus valores intrínsecos, humanos ou de sustentação da própria vida”. Conseqüentemente, esta necessidade de “conscientizar e convencer os habitantes” coloca, mais uma vez, a questão de como realizar esta tarefa de conscientização e convencimento, ao que o texto remete o leitor a mais um “pesquisador amigo”: “Mackinnon (1993) afirma que a maneira de se aproximar das comunidades deve ser orientada pela *transferência de informações* sobre a *importância e os benefícios* da unidade de conservação, buscando realizar atividades que *cativem a confiança e alterem a conduta* das pessoas frente aos recursos naturais (Moore, 1993; Lewis, 1993)”.

Alguma semelhança com a visão comportamentalista contida nos programas de educação ambiental que vimos no item anterior? Novamente temos aqui a idéia de que a mera “transferência de informações” irá “cativar a confiança” e “alterar a conduta” das pessoas para que elas passem, de boa vontade, a preservar nossos preciosos “recursos naturais”. Renega-se, portanto, a possibilidade de autonomia de pensamento e de ação dos atingidos pela implementação de unidades de conservação, visto que comportamentos e entendimentos contrários a esta política decorreriam apenas da falta de “informações” sobre os “benefícios” destas áreas ou, como veremos a seguir, da incompetência e falta de “treinamento” dos “funcionários”. Aliás, por inferência, o texto dá a entender que unidades de conservação seriam intrinsecamente benéficas, ou melhor, que a implantação destas áreas protegidas só trariam “benefícios” não só à preservação da biodiversidade, mas também aos “habitantes locais”. Ora, como têm mostrado vários estudos de caso, do ponto de vista de muitas pessoas e grupos sociais que vivem a realidade e o

dia-a-dia das restrições ao uso de recursos naturais em áreas naturais protegidas, essa possibilidade não necessariamente se confirma¹⁷.

Esta percepção invertida sobre potências “benefícios” das unidades de conservação para os “habitantes locais” aparece bem no seguinte trecho: “a manutenção de pessoas dentro das unidades de conservação de proteção integral, além de ser contrária ao SNUC e trazer prejuízos à **conservação da natureza, objetivo maior das unidades**, implica **prejuízos aos próprios moradores**, pois todas as suas atividades sofrem fortes restrições e regulamentações, seja para moradia, seja para produção”. Mais uma vez, nega-se aqui a liberdade dos “moradores” pensarem por si próprios, visto que não lhes é concedido nem mesmo o direito de serem contrários e resistir aos constrangimentos que lhes são impostos. Sutilmente, se está afirmando que é para o próprio bem dos “moradores” que eles deveriam sair do lugar onde moram. É como se dissessem: “melhor sair daqui, porque, além dos ‘prejuízos’ com ‘restrições e regulamentações’, o local onde vocês vivem agora se destina à ‘conservação da natureza’, objetivo maior das unidades”.

Em todo caso, na hipótese dos “moradores” não aceitarem o conselho dos administradores e funcionários dos parques para irem embora e pararem com suas atividades produtivas costumeiras ou, ainda, na hipótese de começarem a ocorrer conflitos envolvendo “grupos de interesse” locais, o texto traz uma visão bem definida sobre o assunto:

*de acordo com a União Mundial pela Natureza (UICN, 1993), mesmo que as unidades de conservação ocupem grandes extensões de paisagens desabitadas, **haverá pessoas vivendo ou retirando seu sustento delas, o que pode gerar conflitos entre as áreas protegidas e as comunidades locais**. Para Superá-los, a UICN (1993a) sugere a integração do **diálogo com grupos de interesse** em todas as atividades de planejamento e manejo de unidades de conservação, bem como de suas zonas de amortecimento. **Entretanto (...), raramente os administradores são treinados nas habilidades necessárias para o trabalho com comunidades** (Oldfield, 1988; Costa Rica, 1990; Milano, 1991), sendo comum, no Brasil, **a ausência de competência (mandato)** para o estabelecimento de mudanças nas áreas periféricas às unidades de conservação (Barborak, 1997).*

¹⁷ Não é o caso aqui de listar os inúmeros estudos de caso que abordam a dramaticidade social e os efeitos perversos (premeditados ou não) que envolveram o processo de criação de unidades de conservação ao longo das últimas três décadas. Porém, para leitores não familiarizados com o tema, indico quatro trabalhos emblemáticos devido à amplitude da violência cometida contra as populações locais atingidas e, também, por serem relativamente recentes (contrariando o argumento de que situações como estas seriam resquícios de práticas passadas ou mesmo não estariam mais ocorrendo atualmente). São eles: BRUSTOLIN (2003), que faz uma análise, a partir do campo jurídico, da história dos conflitos envolvendo a criação do Parque Nacional dos Aparados da Serra/RS; CAMPOS (2001) e NUNES (2003), cujas dissertações discutem as transformações sociais, econômicas e produtivas ocorridas na vida de caiçaras com a criação da Estação Ecológica Juréia-Itatins/SP; e IORIS (2000), em artigo escrito para a XXII reunião da ABA e que tenta resgatar um pouco da história dos conflitos sociais gerados com a criação da Floresta Nacional do Tapajós/PA.

Talvez este seja o momento de falar sobre o uso do que chamei aqui de “referências amigas”. Como lembra LATOUR (2000, p.58), é prática comum entre cientistas usar “referências que possam fortalecer uma posição”, sendo que, através deste artifício, “um fato pode ser transformado em ficção ou uma ficção em fato apenas com o acréscimo ou a subtração de referências”. Ora, notem que, a todo o momento, se está chamando para o palco argumentativo referências alienígenas que, em síntese, têm a função de ajudar a legitimar, como verdade, suas próprias posições sobre “o problema” das pessoas nas unidades de conservação. De fato, no texto não há nenhum tipo de contraponto de idéias ou alguma indicação de que o tema levantaria controvérsias, ou seja, não há discordância nenhuma entre os pesquisadores citados e os autores. São todos “amigos”. Sobre este tipo de estratégia de convencimento, LATOUR (2000, p.65) salienta que cientistas, ao “descobrirem as pessoas que estão lutando para transformar uma alegação em fato, [fazem] tudo o que for necessário com a literatura anterior para torná-la mais útil possível à tese que você vai defender”. Com efeito, nas duas páginas que integram a “introdução” do trabalho, além da União Mundial pela Natureza e de uma Lei Federal (nº 9.885/2000), são arregimentados mais treze aliados: Barborak, 1997; Oldfield, 1988; Costa Rica, 1990; Milano, 1991; Moore, 1993; Lewis, 1993; Mackinnon, 1993; Lucas, 1992; Kamstra, 1994; Dourojeanni, 1997; Jorge Pádua, 1997; Milano, 1997; Wells *et. al.*, 1992. Obviamente que o uso deste artifício dificulta a possibilidade de se colocar em dúvida ou questionar as afirmações contidas no texto, afinal, ao fazer isso, se estará discordando não só de um ou dois cientistas, mas de todo um time de pesquisadores notáveis, de instituições internacionais, além de uma lei federal.

Voltando a citação do texto, apesar de se ressaltar a necessidade de se estabelecer um “diálogo com grupos de interesse”, já que, inevitavelmente “haverá pessoas vivendo ou retirando sustento” das unidades de conservação, o foco direciona-se para as aptidões dos profissionais envolvidos com a administração destas áreas: “raramente os administradores são *treinados* nas *habilidades necessárias* para o trabalho com comunidades”. Conforme o texto, a existência de conflitos resultaria da “ausência de competência (mandato)” dos funcionários. Não se aventava à possibilidade, por exemplo, destes conflitos serem fruto da criatividade e do protagonismo de grupos sociais inconformados com os constrangimentos sofridos pela implementação destas áreas. Da mesma forma, não se considera, em nenhum momento, a hipótese, mesmo que remota, de que os “habitantes locais” poderiam ter alguma razão quando se opõem às ações dos funcionários¹⁸.

¹⁸ Reparem na prosopopéia contida na frase “pode gerar conflitos entre as áreas protegidas e as comunidades locais”. Quer dizer, no texto, a importância conferida às áreas protegidas é tamanha que elas adquirem uma personalidade, qualidades animadas quase humanas, na medida em que podem até mesmo entrar em conflito com as comunidades locais.

Em síntese, este tipo de visão leva a crer que “problemas” com populações socialmente vulneráveis seriam sanados caso houvesse maiores investimentos no “treinamento” de pessoal qualificado e “competente” para “trabalhar com comunidades”. Além disso, não fica claro o que se quer dizer com a expressão “mandato”, colocada entre parênteses, visto que “ausência de mandato” pode significar desde uma simples falta de incumbências precisas que caberiam aos funcionários como falta de autorização outorgada pelo poder público para estes últimos exercerem “poder de mando” no caso de litígios relacionados à gestão de áreas naturais protegidas. Porém, em ambos os casos, as “comunidades locais” aparecem como entes passivos, pessoas que devem ser convencidas, ainda que pela força, pelos funcionários a se adequarem às imposições legais demandadas pela existência de áreas naturais protegidas.

Não é à toa, portanto, que, conforme consta no texto, “as ações de *proibição, controle e pressão* para inibir atividade dos moradores foram as mais citadas (70 citações) pelos funcionários (...), [sendo que] os *resultados positivos* das ações de manejo e extensão foram relacionados, principalmente, ao *medo da fiscalização e punição*, seguido da utilização de abordagem e comunicação adequadas”. Sobre “abordagem e comunicação adequadas”, estas se referem, basicamente, a: “programa de artesanato; *diálogo* e articulação” na RNSM; “organização e *educação ambiental; diálogo* e articulação” no PEIC; “organização e *educação ambiental; diálogo* e articulação; ações de extensão” no PNJ; “organização e *educação ambiental; diálogo* e articulação; implantação da unidade para uso público” no PNSC; “organização e *educação ambiental; diálogo* e articulação; ações de uso público e proteção; contratação de pessoal local” no PNGSV; “*educação ambiental* e orientação para o uso do fogo; ações de uso público com pessoal local; ação de extensão para apoio à organização do turismo no entorno” no PNSC¹⁹. Reparem que, em quase todos os parques, os funcionários fazem referência à palavrinha-chave “diálogo” e às ações envolvendo “organização e educação ambiental”. O que seriam, de fato, ações de “diálogo e articulação”? Seguiriam as recomendações, feitas no início do artigo, de “transferência de informações” aos “moradores locais” e necessidade de “conscientizar e convencê-los” sobre a importância da “conservação da natureza” e dos “benefícios” da criação dos parques para eles próprios? Será que o referido “diálogo” e as ditas ações seguem o mesmo padrão implementado nos dois programas de “educação ambiental” que vimos no item anterior?

Quanto à participação de populações atingidas pela implantação de unidades de conservação, os autores, valendo-se novamente de “referência amiga”, entendem que “para *evitar animosidades* entre os grupos de

¹⁹ Como a idéia aqui não é discutir a situação de cada parque em particular, as unidades de conservação selecionadas serão designadas através da sua abreviatura.

interesse e *prejuízos à conservação* o autor [Dourojeanni (1997)] sugere que *a participação siga algumas regras* básicas, entre as quais destaca que o processo deve *restringir-se ao grau de liberdade correspondente a categoria de manejo* da área, sem violá-lo”. Como se verá a seguir, esta prerrogativa – de que a “participação” dos “grupos de interesse” deveria ir somente até onde fosse “o grau de liberdade correspondente à categoria de manejo” - será seguida a risca. De fato, as “opiniões dos funcionários” serão literalmente classificadas a partir deste parâmetro legal. Mas vejamos mais de perto como foi realizado o trabalho de coleta das “opiniões de funcionários de parques” pelos pesquisadores para ver como as populações circunvizinhas aparecem na pesquisa.

Segundo a metodologia adotada, foram selecionados cinco parques nacionais e uma RPPN com manejo de parque, sendo que “a maior parte dos dados foi obtida *somente na visita às sedes* das administrações, co-gestores e parceiros”. Especificamente sobre o trabalho com as populações que residiriam dentro ou próximas aos parques, “informações sobre as ações desenvolvidas junto às comunidades foram insuficientes e, por isso, realizou-se *entrevista com os responsáveis pela administração* das unidades e pelo desenvolvimento dessas ações para complementar sua descrição e caracterização”. No caso dos questionários aplicados junto aos funcionários, “foram solicitadas informações sobre as atividades desenvolvidas pelos moradores das localidades rurais antes e depois da criação da unidade”. Estes três trechos dão uma idéia do lugar ocupado e a importância conferida pela referida pesquisa àqueles que, de uma forma ou de outra, são atingidos pelas restrições ambientais relacionadas a áreas sob domínio público diferenciado. Além de terem ido coletar material apenas nas “sedes das administrações” (lugares por onde os “habitantes locais” provavelmente não circulam muito), as informações que os pesquisadores tiveram acesso sobre as “atividades desenvolvidas pelos moradores” vieram somente dos funcionários e administradores dos parques.

Como já foi dito, na referida pesquisa, os chamados “habitantes locais” ou “moradores das localidades rurais” aparecem apenas nas falas dos “funcionários dos parques” e “responsáveis pela administração das unidades”. Além desta opção ocultar os interesses, as demandas, as dificuldades enfrentadas e as visões dos “moradores das localidades rurais” sobre as restrições impostas pela existência de uma unidade de conservação, ela tende a desqualificar as práticas de uso dos recursos naturais adotadas por estes “moradores”, o que pode ser visto através deste trecho: “*as atividades* dos moradores mais *citadas pelos funcionários* das unidades foram às agropecuárias e extrativistas. Segundo eles, *essas atividades* são, geralmente, *praticadas de modo ilegal, irregular* ou por meio de *práticas primitivas*”. Ora, além transformar as “atividades” dos “moradores” em caso de polícia (visto estarem praticando “atividades” “ilegais” e “irregulares”, ou seja, que são contrárias à lei vigente), ouvir apenas as “opiniões dos

funcionários” significa desqualificar as possíveis “opiniões” que teriam os “moradores” sobre estas mesmas atividades²⁰. Da mesma forma, abre-se espaço para conclusões reducionistas, preconceituosas e etnocêntricas, como no caso da avaliação de que as atividades dos moradores seriam feitas “por meio de práticas primitivas”. Apesar de, no texto, não estar dito o que seriam estas tais “práticas primitivas”, é clara a associação com representações arraigadas sobre populações rurais empobrecidas, visto que “primitivo”, no texto, se aproxima, por exemplo, de qualificativos como “rude”, “rústico”, “atrasado”, “obsoleto” ou “pré-moderno”²¹.

Por outro lado, se o texto anterior colocava ênfase em aspectos biológicos e comportamentalistas, o presente artigo irá balizar suas argumentações a partir dos componentes jurídicos, sobretudo, aqueles relacionados ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Em outras palavras, ao tentar “verificar o *grau de conhecimento* [dos funcionários] sobre o objeto da pergunta (...), bem como sua percepção e opinião”, se procura, literalmente, julgar tais “opiniões” e “percepções” com base na legislação ambiental vigente. Sendo que as diretrizes e orientações desta última foram, conforme o texto, tomados como parâmetros para “a livre classificação da pessoa questionada”. Três exemplos irão ajudar a esclarecer este aspecto.

Num item chamado “resultados e discussão”, cada unidade de conservação é analisada em separado. Depois de uma breve descrição sobre o órgão, entidade ou fundação que administra a área, sobre a situação geral da unidade de conservação e sobre projetos desenvolvidos pela administração, o texto apresenta uma lista das “atividades dos moradores do entorno mais citadas pelos funcionários”; suas “opiniões [dos funcionários] sobre a adequação” ou não destas atividades executadas pelos “moradores” (conforme constava no questionário, perguntava-se se elas seriam “adequadas, toleráveis ou inadequadas”); quais as ações propostas pelos funcionários junto aos “moradores”; e se estas ações, na opinião dos funcionários, tiveram “sucesso, sucesso parcial ou insucesso”.

²⁰ A alteridade envolvida aqui é tamanha, que os autores, já de início, propõem no texto uma distinção entre “atividades” e “ações” como maneira de separar os sujeitos envolvidos. Assim, as primeiras seriam exercidas pelos “moradores locais” e as segundas pelos “funcionários dos parques”.

²¹ É comum associar-se ambientes rurais à falta de alguma coisa, ou seja, com características que estariam ausentes se comparadas ao seu pólo oposto, o universo urbano. Assim, ao tentar definir áreas rurais, normalmente associa-se estas a: menor densidade demográfica (relacionada à idéia de menos população e locais desabitados ou isolados); menor heterogeneidade dos seus integrantes (significando realidades com baixa complexidade e menor diferenciação social); existência de laços mais fortes de solidariedade baseados em relações *diádicas*, de interconhecimento e em mecanismos de reciprocidade; menor mobilidade social; associação com atividades específicas (afinal, a grande maioria das pessoas seriam agricultores/pescadores/extrativistas); menor possibilidade de acessar, incorporar e produzir inovações tecnológicas; menor capacidade de responder a estas inovações (fazendo com que seus integrantes sejam considerados arremdios, teimosos e conservadores); maior dependência das características ambientais (dando uma idéia, ao contrário das cidades, de que haveria maior influência da natureza nos seus comportamentos e atividades); ou, ainda, maior autonomia face à sociedade global (subtendendo a necessidade de mediadores encarregados de fazer a ponte entre as estas duas realidades sociais). Sobre isso, ver GERHARDT (2005).

Assim, na RNSM,

*as atividades dos moradores do entorno mais citadas pelos funcionários foram o corte de madeira, extração de palmito, caça e atividades agropecuárias. Suas **opiniões** sobre a **adequação das atividades** dos moradores aos objetivos da unidade **foram equivalentes ao que designa a Lei Federal nº9885/2000, que institui o SNUC, isto é, consideradas inadequadas para dentro de unidades de proteção integral (...).***

Já no PEIC,

*as atividades dos moradores mais citadas pelos funcionários foram pesca, caça, corte de madeira, extração de molusco, palmito, samambaia, cipó e calcário, roça e prestação de serviços turísticos. A maioria dos que responderam ao questionário considerou apenas **a caça, a extração de palmito, molusco e calcário como inadequadas para dentro dos limites da unidade. As demais atividades desenvolvidas pelos moradores foram consideradas adequadas ou toleráveis pela maioria deles. Com exceção dos serviços turísticos, essas opiniões admitem o uso direto em unidade de conservação de proteção integral, o que demonstra falta de conhecimento ou orientação contrária à lei do SNUC.***

Da mesma forma, no PNJ,

*as atividades dos moradores do parque e entorno mais citadas pelos funcionários foram a caça, pesca, captura de quelônios, coleta de peixes ornamentais, coleta de cipó, corte de madeira, extração de seiva e a roça (...). A Grande maioria dos **funcionários que opinou sobre a adequação** das atividades dos moradores **considerou a roça como adequada ou tolerável para dentro dos limites do parque. Boa parte deles assim considerou o extrativismo vegetal e alguns, também a caça. Essas opiniões admitem o uso direto em unidades de conservação de proteção integral, o que demonstra falta de conhecimento ou orientação contrária a Lei do SNUC²².***

Como se pode notar, os pesquisadores tomaram por base as diretrizes de uma Lei Federal (nº 9.885/2000) para avaliar se os funcionários teriam ou não “conhecimento” sobre a “Lei do SNUC”. De forma draconiana, as “opiniões dos funcionários” sobre a adequação, tolerabilidade ou não adequação das “atividades” dos “moradores” (reparem que não são nem opiniões de moradores, mas dos funcionários sobre as atividades dos moradores) contam na medida em que elas se coadunam ou não com o “que designa a Lei Federal”.

²² Este padrão de análise segue de forma idêntica para os demais parques selecionados.

Segundo consta no artigo, no caso de não haver esta equivalência, ou seja, no caso dos “conhecimentos” e das “orientações” dos funcionários irem na direção “contrária à lei do SNUC”, se deveria investir no “treinamento” destes funcionários para que suas opiniões entrem em conformidade com o que diz a lei:

*em algumas respostas de funcionários ao questionário aplicado, evidenciam-se dificuldades no trabalho com comunidades, além da **falta de estrutura** condizente para a realização do **manejo adequado** das unidades e do **conhecimento e concepção incorretos sobre a categoria** parque. Isso reforça as observações sobre as **carências de treinamento e programas de capacitação** de administradores de unidades de conservação para esse tipo de trabalho*

Quer dizer, a resolução dos “problemas” relacionados às atividades exercidas pelos “moradores” diz respeito apenas a dificuldades internas da administração dos parques, tais como: “falta de estrutura”, “concepções incorretas [dos funcionários] sobre a categoria parque”, “carência de treinamento e programas de capacitação”. A mudança de categoria da unidade de conservação (o que alteraria o tipo de restrições impostas), por exemplo, ou, ainda, a adequação dos “planos de manejo” às realidades e possíveis exigências dos “moradores” não aparecem como possibilidades. Trabalha-se com a idéia pronta e acabada da legislação e das leis que regem o SNUC, como se estas estivessem aí desde sempre e para sempre e não representassem o resultado concreto (a objetivação) de lutas sociais envolvendo interesses distintos e conflitantes. Em suma, aplica-se a máxima “lei é lei e deve ser cumprida”, sendo que todos os esforços possíveis deveriam ser feitos para o que ou quem estivesse “fora da lei” (ou, nas palavras dos autores, para aqueles que não se “adequariam a lei”) voltasse a proceder conforme mandam os preceitos legais.

Breve comentário final

No caso específico de políticas públicas voltadas para áreas naturais protegidas, *metodologias participativas* ou que buscam, mais modestamente, simplesmente “ouvir as opiniões” de potenciais interessados podem estar servindo, paradoxalmente, como mais uma forma de controle, disciplinamento, adestramento e invisibilização de sujeitos sociais. E, ao contrário do que se poderia pensar, posturas pretensamente mais abertas ao *diálogo* (outra palavrinha recorrente no discurso da *participação*) e a idéia de que populações que vivem dentro ou próximas a áreas naturais protegidas precisariam ser *incluídas* nos processos de tomada de decisão (tal como, até recentemente, se achava que os índios deveriam ser integrados a sociedade nacional), tornando-se *parceiras* dos gestores ambientais, podem estar contribuindo justamente para a perda da já relativa autonomia que estes mesmos grupos possuem no

sentido de se contrapor e resistir a relações de dominação a que estão sendo submetidos. Da mesma forma, afirmar que diferentes grupos sociais afetados pela criação de áreas naturais protegidas *participaram* das decisões envolvendo projetos governamentais e não-governamentais (por exemplo, através de “audiências públicas”, “conselhos consultivos”, “reuniões com as comunidades” ou mesmo através de “relatórios” e “diagnósticos” socioambientais feitos por pesquisadores em parceria com universidades) pode estar servindo tão somente como forma de legitimar a execução destes projetos, tornando-os fatos sociais consumados e quase que inquestionáveis.

Bibliografia

- ACIOLI, Moab Duarte; CARVALHO, Eduardo Freese de. Discursos e práticas referentes ao processo de participação comunitária nas ações de educação em saúde: as ações de mobilização comunitária do PCDEN/PE. In.: *Cad. Saúde Pública*. Rio de Janeiro: 1998.
- AYRES, José Márcio. *Os corredores ecológicos das florestas tropicais do Brasil*. Belém, PA : Sociedade Civil Mimirauá, 2005
- ALLUT, Antonio Gacía. O conhecimento dos especialistas e seu papel no desenho de novas políticas pesqueiras. In.: *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). São Paulo: Annablume/Hucitec/Nupaub, 2000.
- AURÉLIO, Dicionário Eletrônico Século XXI. Software: 2002.
- BARRETO FILHO, Henyo. *Da nação ao planeta através da natureza: uma tentativa de abordagem sócio-antropológica das unidades de conservação na Amazônia*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – FFLCH/USP, São Paulo, 2001, 2v..
- BERTOLUCCI, Daniela. Educação ambiental ou educações ambientais? As adjetivações da educação ambiental brasileira. In.: *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*. Fundação Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande/RS: Vol.15, jul-dez 2005.
- BRÜGGER, Paula. *Educação ou adestramento ambiental?* Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1994.
- BRUSTOLIN, Cíndia. *Lutas pela definição de concepções de justiça na construção do Parque Nacional dos Aparados da Serra – RS/SC*. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Porto Alegre: 2003 [disponível em www.ufrgs.br/pgdr].

- CAMPOS, Simone Vieira. *Mudanças sociais e conservação ambiental na Estação Ecológica Juréia-Itatins: o caso do Despraiado*. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Geografia Física, Universidade de São Paulo). São Paulo: 2001.
- DEMO, Pedro. Aprender: o desafio reconstrutivo. *Boletim Técnico do SENAC*. Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, set./dez., 1998.
- DIEHL, Elena; SACCHETT, Franciele; ALBUQUERQUE, Emília Zoppas de. Riqueza de formigas de solo na praia da Pedreira, Parque Estadual de Itapuã, Viamão, RS, Brasil. In.: *Revista Brasileira de Entomologia*. São Paulo: v. 49, n. 4, 2005.
- GERHARDT, Cleyton. Etnocentrismo e ambivalência nas interpretações sociológicas das novas ruralidades. *Estudos Sociedade e Agricultura (UFRRJ)*, v.13, p.190, 2005.
- GERHARDT, Cleyton; ALMEIDA, Jalcione. Extensão Rural no Processo de Transformação da Agricultura e na Busca de Alternativas para o Desenvolvimento Rural. In: *Anais iniciação científica da UFRGS*. Porto Alegre: 1998.
- GUIMARÃES, Mauro. *Educação ambiental: no consenso um embate*. Campinas/SP: Papyrus, 2000.
- GUIVANT, Júlia S. Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável. *Cadernos de Ciência e tecnologia*. Brasília: Embrapa, v.14, nº3, set/dez, 1997, pp.411-448.
- HAFFER, J. e PRANCE, G. T. Impulsos climáticos da evolução na Amazônia durante o Cenozóico: sobre a teoria dos Refúgios da diferenciação biótica. In.: *Estudos Avançados*. São Paulo: vol. 16, no. 46, pp. 175-206, 2002.
- HARDIN, Garret. La tragedia de los espacios coletivos. In: DALY, Em Herman (org.). *Economía, Ecología, Ética: ensayos hacia una economía en estado estacionario*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1989.
- IORIS, Edviges. Conflitos em unidades e conservação com populações locais: o caso da Floresta Nacional do Tapajós. In: *XXII Reunião Brasileira de Antropologia*. Brasília: julho de 2000.
- LATOURE, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- LIMA, Gustavo Ferreira. Questão ambiental e educação: contribuições para o debate. In: *Ambiente e Sociedade*. NEPAM/UNICAMP. Campinas: ano II, nº5, 135-153, 1999.
- LOUREIRO, 2004; *Trajatória e fundamentos da educação ambiental*. São Paulo: Cortez, 2004.

MILANI, Carlos. *Mitos construídos acerca da “participação” no âmbito da cooperação internacional para o desenvolvimento: um olhar a partir da experiência brasileira recente*. Disponível em: http://www.adm.ufba.br/Mitos_partic_amb_intern.pdf. Consultado em 20 de abril de 2007.

NUNES, Márcia. *Do passado ao futuro dos moradores tradicionais da Estação Ecológica Juréia-Itatins/SP*. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Geografia Física, Universidade de São Paulo) São Paulo: 2003.

ORLANDI, Eni Puccinelli. O discurso da educação ambiental. In: TRAJBER, R. & MANZOCHI, L.H. (Org.). *Avaliando a educação ambiental no Brasil: materiais impressos*. São Paulo: Gaia, 1996.

PÁDUA, Maria Tereza. Unidades de conservação: muito mais do que atos de criação e planos de manejo. In: *Unidades de conservação: atualidades e tendências*. MILANO, Miguel S. (Org.). Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002.

PELICIONI, Andréa Focesi. Ambientalismo e educação ambiental: dos discursos às práticas sociais. In.: *Mundo da Saúde*. São Paulo: 532-543, out-dez 2006.

REIGOTA, Marcos. Meio ambiente e representação social. São Paulo: Cortez, 2002.

RODRIGUES, Efraim. Biologia da Conservação: ciência da crise. In.: *Semina: Ciências Agrárias*. Londrina: v. 23, n. 2, p. 261-272, jul./dez. 2002.

ROSA, Humberto. Conservação da Biodiversidade: significado, valorização e implicações éticas. In: *Revista Jurídica do Urbanismo e do Ambiente*, nº14: 179-204, 2000.

SORRENTINO, Marcos; TRAJBER, Rachel ; BRAGA, Tania (orgs.). In: *Cadernos do III Fórum de Educação Ambiental*. São Paulo: Gaia, 1995.

TRANNIN, Maria Cecília. *Mídia, você é verde? Uma investigação sobre a difusão das unidades de conservação*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares de Comunidades de Ecologia Social (EICOS). Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

